

BEZERRA, Gustavo Antonio das Neves. Nas raias do flexitempo laboral: uma resenha. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 50, p. 149-153, agosto de 2018 ISSN 1676 8965.

**RESENHA**

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/>

## Nas raias do flexitempo laboral: uma resenha

### In the Lanes of flexitime: a review

*Gustavo Antonio das Neves Bezerra*

ALVES, Daniela. *Tempo e trabalho: Gestão, produção e experiência no tempo no teletrabalho*. Porto Alegre: Escritos, 2014.

Faz duas décadas que o centro da agenda dos estudos sobre trabalho no Brasil está situado no problema da precarização laboral. Isso não deveria implicar, porém, o negligenciamento de pesquisas relacionadas a trabalhadores que legitimam os processos contemporâneos de produção flexível, sustentados pelas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Grupos desse tipo não podem ser ignorados, na medida em que compõem um quadro de redefinição de alianças sociais, no qual a tradicional “classe trabalhadora” (que aliava operadores manuais a assalariados de colarinho branco) vem perdendo força identitária frente a novas articulações simbólicas que transformam trabalhadores em “parceiros empreendedores” das grandes empresas. Mesmo que se deseje denunciar a impropriedade das novas alianças, só se pode confrontá-las pela análise bem fundada do panorama em curso.

Nesse sentido, é deveras instigante o livro de Daniela Alves sobre “teletrabalhadores”, uma adaptação da tese de doutorado vencedora do prêmio CAPES de 2009 na área de sociologia.

Inquirir o teletrabalho significa encarar uma condição relativamente pioneira nos estudos da vida laboral. Indo além, a autora dobra a aposta inovadora ao lançar mão de uma articulação teórico-metodológica baseada na seguinte tríade: a Teoria Ator-Rede (ANT, na sigla inglesa), associada a Latour, Law e Cailion; reflexões sobre a dimensão subjetiva do novo capitalismo provenientes de Foucault, Deleuze e Zarafian; por fim, a concepção de “tempo e duração” proposta por Bergson e Zarafian.

Mais precisamente, o objeto de estudo são as relações entre teletrabalho e tempo. A autora ressalva que, dado o caráter alegadamente “híbrido” do teletrabalho, não seria possível “defini-lo de uma vez por todas” no atual contexto, constituindo-se numa “controvérsia em aberto” (p. 15). De toda forma, o livro orienta o leitor a compreender o teletrabalho a partir de dois elementos que seriam convergentes na literatura internacional sobre o assunto: “a realização de trabalho a distância da empresa contratante ou distante do cliente que irá usufruir daquele serviço, empresa ou pessoa física, e a utilização de tecnologias informacionais na realização das atividades” (p. 12). O livro parte da hipótese de que:

No teletrabalho, o tempo é gerido e experimentado de ma-

neira flexível através do autocontrole / autodisciplinamento e modulação elástica, significando que, para que o tempo seja produzido nas relações sociais como uma matéria moldável e controlável, é necessário um engajamento individualizante, disciplinado e controlado, dos trabalhadores no teletrabalho (p.14).

Uma das principais virtudes do livro é explicitar as mudanças sociotécnicas que estariam interferindo na relação entre tempo e trabalho. Toma-se o pressuposto de Latour segundo o qual as tecnologias não apenas mediam as relações entre sociedade e natureza, mas também as relações sociais. São apresentadas algumas das principais linhas de interpretação desses fenômenos emergentes, como do “capitalismo cognitivo” e da “economia informacional”. Também busca caracterizar uma nova configuração das relações de poder, que passaria pelo declínio das “disciplinas” em favor das técnicas de “controle”. Inspirando-se em Boltanski, a autora recupera a ideia de que as transformações nas técnicas de dominação teriam sido geradas pela reação das firmas a uma ascendente cultura anti-hierárquica. Em tal reconfiguração das relações entre capital e trabalho, o domínio disciplinar sobre o tempo laboral teria perdido importância frente a um controle por modulação, caracterizado pelo acompanhamento do indivíduo em seu deslocamento. A modulação teria um caráter processual, configurando o avesso do *molde* prescrito e da pré-formatação. Através do controle modular se processaria a formação de uma subjetividade engajada no trabalho, na medida em que o trabalhador estaria motivado por ganhos de autonomia relativa e por um sentido de autoria (“reconhecimento”) quanto ao produto do trabalho. De todo modo, a autora revela não se tratar de uma literatura de celebração da era pós-fordista, pois são ressaltados também o

desemprego, a supremacia das corporações transnacionais e o individualismo. O próprio Zarafian ressaltaria as ambiguidades do novo regime de incerteza, a um só tempo “desestruturador dos laços de integração social, e potencialmente emancipador...” (p. 48).

O capítulo “Teletrabalho: uma categoria em construção, um grupo em formação” mescla a revisão bibliográfica sobre o teletrabalho com a análise empírica de experiências laborais em tal condição. O leitor é apresentado às questões metodológicas que cercaram a análise da experiência de 35 informantes acionados no Brasil e em Portugal, que dão ao trabalho uma dimensão internacional, ainda que não exaustivamente comparativa. Em seguida, tem-se um mapa das controvérsias acadêmicas e governamentais em torno da definição do teletrabalho e de seus dados estatísticos. As controvérsias envolvem as literaturas apologética e crítica do teletrabalho, bem como as tentativas estatais de capturar e impulsionar o fenômeno, especialmente como estratégia de legitimação frente ao cenário de incertezas no mercado de trabalho. No desenvolvimento do capítulo, porém, admite-se um limite da pesquisa: optou-se por abordar apenas o teletrabalho “individualizado”, por oposição a outras modalidades frequentes como nos *calls centers* (que também envolveriam trabalho a distância e mediação via tecnologias informacionais).

Pressupondo que uma característica do teletrabalho seria o “engajamento individualizante”, a autora esclarece perseguir especificamente duas características do fenômeno: “o autocontrole e a autodisciplina do tempo”. A ideia de que o teletrabalho seria estratégico para a evidenciação de uma nova condição da “individualidade” pode ser considerada uma das mais interessantes do livro: sustenta-se que a contemporaneidade estaria marcada por um indivíduo que não coopera de forma heterônoma

no espaço da fábrica, mas no engajamento em seus projetos auto-ativados. O que se perde em termos de vinculação mecânica a uma classe de trabalhadores manuais, por outro lado abre possibilidades de cooperação em redes à distância ainda pouco exploradas pela literatura (pp 88-89).

O capítulo termina com a construção de uma tipologia acerca das experiências subjetivas em teletrabalho. O principal eixo de diferenciação interna ao grupo de entrevistados é a forma de contratação do trabalho, isto é, se o teletrabalhador é assalariado ou *por conta própria*<sup>1</sup>. Infere-se, com base nas entrevistas (isentas de pretensões de representação estatística), que todos os grupos de teletrabalhadores têm vantagens em termos de autonomia na gestão do tempo, mas os assalariados estariam marcados pelo medo do isolamento e do esquecimento por parte de colegas e chefes. As maiores “vantagens” no teletrabalho por conta própria determinariam um engajamento mais intenso.

O último capítulo verticaliza a abordagem sobre a organização dos tempos de trabalho e não-trabalho operada pelos entrevistados. Uma das ênfases da investigação é quanto às “relações sociais de negociação” que o teletrabalhador tece na gestão do seu tempo laboral. As negociações com a família e com clientes estariam referidas à construção de um tempo pautado pelo binômio autodisciplina-elasticidade. A elasticidade desse tempo é um dos achados mais interessantes do livro: argumenta-se que a especificidade do tempo que o teletrabalhador produz e experimenta está relacionada a essa modulação com outros tempos que, como um elástico, podem ser esticados ou distensionados:

<sup>1</sup>Sob o epíteto “teletrabalhador por conta própria” a autora reúne “autônomos”, “empresários”, “membros de cooperativa” e “informais”, conjunto que seria marcado por mesmo traço: o da “independência”, se comprado à experiência dos teletrabalhadores assalariados.

Alguns entrevistados enfatizam o quanto “esticar” as horas de trabalho significa “encurtar” horas de sono, de lazer ou de outras atividades pessoais. A elasticidade do tempo teria seus limites tanto nas relações de força em negociações entre clientes e teletrabalhadores em torno dos prazos quanto nas demandas da família, aspectos que devem ser gerenciados ao mesmo tempo e no mesmo espaço (p. 176).

Ao caracterizar a elasticidade do tempo, a autora questiona os discursos que edulcoram e disseminam o teletrabalho como solução para um melhor balanço entre tempo de trabalho e tempo familiar:

...as entrevistas mostraram que o teletrabalho não aumenta o tempo livre, nem o tempo dedicado à família. O que aumenta seria a elasticidade do tempo, uma gestão mais flexível, que permitiria intensificar alguns momentos de trabalho e dispor de algum tempo extra para levar um filho ao médico, por exemplo (p. 176).

A autora esclarece que a contrapartida desse *flexitempo* é, contraditoriamente, a própria negação da passagem cronológica: encapsulado numa sucessão de tarefas de curto prazo, esse trabalhador já não tem planos de longa duração exceto sobreviver num presente eterno.

Não obstante a coleção de méritos da pesquisa, estranha-se que o anunciado encontro com Latour não tenha inspirado uma investigação mais focada nas redes de relações dos entrevistados. A ênfase no problema do tempo e de sua organização por engajamento flexível, acaba por criar a imagem de um indivíduo autocentrado que contrasta com o projeto de uma “sociologia das associações” empunhado pela Teoria Ator-Rede. Para Latour, a rede é um

agente poderoso. Uma rede não fala, mas o indivíduo pode ser o porta-voz da mesma, desde que o pesquisador pergunte por ela. A autora reconhece isso nas considerações finais, quando menciona a necessidade de avançar na investigação “da relação entre tempo da família e o tempo do trabalho no domicílio, pela ótica da família” (p. 223). Ocorre que isso não seria mera suplementação da pesquisa, mas uma maneira de desmistificar a imagem autárquica do indivíduo que acompanha o livro.

Além dos familiares, que potencialmente são os alicerces e as vítimas da elasticidade do tempo laboral do teletrabalhador, teria sido frutífero investigar a rede de relacionamentos profissionais com mais atenção. Afinal, os trabalhadores “por projetos” são fortemente dependentes de clientes e fornecedores. Tais relações são obviamente “negociadas”, mas em condições absolutamente assimétricas, tanto quanto os arranjos familiares acerca dos tempos de trabalho e não-trabalho. Evidenciar a rede dos teletrabalhadores seria, portanto, melhorar o entendimento das relações de poder com os grandes demandantes de trabalho (que “negociam” os prazos em condições mais vantajosas) e, “abaixo”, com subcontratados<sup>2</sup>, familiares (especialmente mulheres e idosos) e trabalhadores domésticos. O conjunto de baixo é que permite ao teletrabalhador esticar seu tempo e manter seus laços. Afinal, como demonstram Boltanski e Chiapello (2009), num mundo em

rede só pode ser bem-sucedida a pessoa ou empresa que tenha capital social e mobilidade. Por outro lado, só é possível ser móvel pela exploração e manutenção de atores imobilizados (os “dublês”) nos projetos específicos, que veem o enraizamento no local, a fidelidade e a estabilidade se constituírem em fatores de precariedade (IBIDEM, p. 373).

Pode-se lamentar que a pesquisa não tenha levado mais adiante também o compromisso da ANT com a exploração das polêmicas atinentes à formação de um grupo. Se é bem verdade que o terceiro capítulo inquirir as lutas classificatórias acerca do teletrabalho entre acadêmicos, publicistas corporativos e governos, por outro lado nada se sabe quanto à aceitação ou não da identidade de “teletrabalhadores” por parte dos entrevistados. É a pesquisa que os reúne num “grupo” e não os próprios inquiridos. Se a Teoria Ator-Rede supõe que os grupos são formados a partir de porta-vozes que os “convocam” e os fazem existir, o leitor termina o livro sem saber até que ponto a foi pesquisa quem produziu esse efeito autoperformativo sobre os seus “nativos”.

Acadêmicos também têm hoje a vida caracterizada pela multiplicidade de projetos e pela necessidade de trabalho em flexitempo. Assim, a leitura do livro traz forte sentimento de identificação com as questões levantadas. Mesmo aqueles que desprezam a Teoria Ator-Rede ou o pós-estruturalismo de Foucault e Deleuze podem, a contragosto, terminar cativados, dada a habilidade da autora em explorar aspectos desafiantes da vida pós-fordista.

## Referências

BEZERRA, Gustavo. Trajetórias pós-salariais: versatilidade laboral e exploração em rede em duas experiências. *Revista da ABET*, vol. 12, n. 2, p. 12 – 28. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/a>

<sup>2</sup> É comum que trabalhadores “por projetos” subcontratem, na medida em que os fluxos de demanda são pouco governáveis no tempo e é problemático dizer “não” à encomenda de um elo de rede. Assim, esse trabalhador se converte em subcontratante de trabalho, não raro cobrando de seu suposto “parceiro” um percentual sobre o trabalho intermediado. Além disso, podem recorrer a prestadores de serviço em atividades-meio, como serviços de logística de entrega, de publicidade etc. Muitos desses dublês se convertem em empregados duráveis, de modo camuflado ou não (cf. Bezerra, 2014).

[bet/article/view/20205](#), consultado em 29/09/2017.

BOLTANSKI, Luc; Eve CHIAPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

